

Agência Estado – 17/07/2007

Estudo mostra aumento do risco de racionamento de energia

Estudo do **Instituto Acende Brasil**, elaborado pela consultoria PSR, estima que o risco de o Brasil sofrer um novo racionamento de energia em 2011 é de até 32%, muito acima do risco de 5%, tido pelo governo como um percentual aceitável. Dos quatro cenários elaborados pelo estudo, o do risco de 32% é o mais crítico, pois combina uma taxa de crescimento anual da economia mais vigorosa (de 4,8%) com uma situação de atrasos nas obras de usinas hidrelétricas que estão em andamento e nas obras do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa).

Para o consultor Mário Veiga, responsável pelo estudo, é justamente esse cenário o mais provável. Ele ponderou, entretanto, que seu estudo detectou que, mesmo no cenário tido como o mais provável pelo governo: de um crescimento vistoso (também de 4,8%) e sem nenhum atraso em obras, o risco de racionamento em 2011 permanece elevado: em 28%.

"É preciso ficar claro que todos os números que usamos para fazer essas simulações foram retirados de dados oficiais", alertou Veiga. Os números divulgados hoje pela **Acende Brasil** e pela PSR são, inclusive, ainda mais pessimistas do que os do levantamento semelhante apresentado em abril passado pelas duas instituições.

No levantamento de abril, o risco máximo de apagão para 2011 era de 30%. No caso do cenário ideal para o governo (sem atrasos nas obras e com Produto Interno Bruto crescendo 4,8%) o risco de racionamento era de 22,5%.

Segundo Mário Veiga, um dos fatores fundamentais para aumentar os riscos de racionamento foi o termo de compromisso assinado entre a Petrobras e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em abril, no qual a estatal apresentou um cronograma para suprir com gás natural as usinas termelétricas que, conforme a Aneel observou no fim do ano passado, estavam sem combustível para gerar energia.

No primeiro estudo da PSR e do **Acende Brasil**, os analistas estimaram que, a partir de 2010, todas as térmicas teriam gás. Nessa segunda versão do estudo, essa perspectiva foi revista. Segundo o estudo, mesmo com o termo de compromisso Petrobras-Aneel, essas termelétricas ainda deixarão de gerar 1,2 mil megawatts (MW) médios em 2011.

Isso acontecerá, segundo Veiga, porque o mesmo termo de compromisso permite que a Petrobras redefina o custo variável de geração das usinas de sua propriedade. Nos casos das usinas que estão sem contrato de venda de energia, disse Veiga, esse custo de geração aumentou muito. Ele deu como exemplo o da usina de Macaé, cujo custo de geração subiu de R\$ 97 por megawatt/hora para R\$ 250 por MW/h.

Esse aumento de preços faz com que essas usinas passem para o fim da fila na chamada "ordem de mérito", que é o cronograma usado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para acionar as termelétricas. Quando os reservatórios das hidrelétricas estão baixos, o ONS manda as térmicas gerarem energia, pela ordem de preço. Ou seja, as mais baratas entram na frente.

Segundo Mário Veiga, esses 1,2 mil MW que não estariam disponíveis em 2011 correspondem à energia dessas termelétricas cujo custo subiu. "Como elas estão com a energia muito cara, elas só começariam a gerar às vésperas de um racionamento. Quando o ONS mandar ligar essas térmicas, já será tarde demais", disse o consultor. Ele acredita que a regra aprovada na semana passada pela Aneel, que autoriza termelétricas a gerarem fora da ordem estabelecida pelo ONS, não deve alterar esse quadro.

Outro fator que colaborou para o maior pessimismo do estudo foi o fracasso do leilão de energia de fontes alternativas, realizado no mês passado. Nesse leilão, que tinha a função de aumentar a oferta a energia em 2010, foram contratados apenas 186 MW médios, de uma oferta total inscrita de 1.209 MW médios.